

Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furtan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walther Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jai-son Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Luerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Kosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 343 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, durante as duas últimas Legislaturas tenho ocupado esta tribuna para encarecer providências do Governo no sentido de compatibilizar o grau de cultura do povo brasileiro com o das populações das mais adiantadas cidades do Brasil, reconhecendo-lhe o direito do voto, e o de possuir a sua própria representação parlamentar.

Acresce dizer que, afora algumas manifestações isoladas de autoridades, parlamentares e homens do povo, até agora o Presidente da República, que aqui reside, e acompanha o aceleramento do ritmo desenvolvimentista de Brasília, a estas alturas com uma população superior a 700 mil habitantes, ainda não se sensibilizou com os argumentos válidos oferecidos em defesa de um eleitorado consciente, que deseja escolher livremente os seus legítimos representantes no Parlamento Brasileiro.

Pois bem, quando falta apenas um ano para o processamento das eleições para o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, em boa hora um órgão de classe, do maior conceito e respeitabilidade, une sua voz aos reclamos da laboriosa população brasileira por sua autonomia política, tendente a participar do processo político, conforme documento divulgado pela Associação Comercial do Distrito Federal, que passo a ler, para que conste dos Anais do Congresso Nacional:

"Brasília, a capital que todos nós escolhemos para viver, que ajudamos a edificar tijolo por tijolo, pedra por pedra, que escolhemos para educar os filhos — a maioria deles aqui nascidos após a epopéia da inauguração —, não pode sofrer a permanente e sistemática injustiça da exceção.

Todas as unidades que constituem a Federação, inclusive os seus territórios, mantêm no Congresso Nacional delegados ungidos sacramentalmente nas urnas, com o direito assegurado ao debate aberto e à livre manifestação para o encaminhamento de suas pretensões.

A Capital da República — "cérebro das altas decisões nacionais" — forma no paralelo dessa regra a grande iniquidade que a força do princípio da analogia não deve, não tolera e não coonestu, à luz do salutar conceito de isonomia inscrito peremptoriamente na Carta Magna, de que "todos são iguais perante a lei".

Ultrapassadas que foram as estimativas idealizadas de uma população para a capital, no ano 2000, em torno de 600 mil habitantes, as estatísticas estão a demonstrar que ela alcançará quase o dobro no ano que vem.

Há que aduzir a esta evidência, todo um conjunto populacional de elevado nível cultural com um reduzido índice de analfabetismo, capacitando os brasileiros com os indispensáveis elementos de discernimento para traçarem os seus próprios destinos.

Dessa concentração humana que idealiza, trabalha, constrói e estuda, formou-se a tempera de autênticos desbravadores, de avós a netos, estruturando uma indústria de transformação, fortalecendo o comércio, instalando vários jornais e emissoras de rádio e televisão, fazendo funcionar centenas de escolas de segundo grau e algumas universidades, o que forma, a largos traços, todo um complexo humano de que hoje a capital é dotada.

No dia 21 de abril de 1978 a cidade completará 18 anos de existência, quando então todos os brasileiros natos terão adquirido a maioridade eleitoral, sem contar ainda os que antes aqui nasceram, porque seus pais, acampados na poicrenta Cidade-Livre, antecederam a inauguração oficial da Nova Capital.

A esta altura Brasília já é uma cidade adulta. Se evoluiu para a maturidade, também é chegada a hora de que tal realidade seja reconhecida pela lei.

Não mais se compreende o descompasso entre um eleitorado consciente e a incompatibilidade de exercer o direito do voto. Mais que o direito, o dever.

Estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 147, que "são eleitores os brasileiros maiores de 18 anos, alistados na forma da lei", acrescentando o seu parágrafo primeiro que o "alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei".

Dessa forma, o impedimento do eleitor brasileiro tipifica uma violação, e mais do que isto, uma injustiça constitucional inexplicável.

Não se situa ele no plano da igualdade perante os demais eleitores. Ficou despojado do seu direito de participar, transformando-se num pária na paisagem política. Um punido sem crime.

O Senado da República, especialmente pela Comissão do Distrito Federal, por sua vez, não possui nem vocação nem estrutura para atender as premissas legislativas do Distrito Federal, no seu âmbito mais abrangente.

As carências administrativas passam-lhe despercebidas. Os anseios da população não lhe encontram teto para formarem eco, pois está voltado para os problemas dos estados que representa e para os da nação.

Urge pôr termo à iniquidade. Não se pode mais conter a irrefreável vontade popular de participação no processo político.

O único meio pelo qual se deve concretizar tão almejado anseio é pelo sufrágio universal do voto, em que os eleitores, escolhendo-os seus candidatos, alça-os à condição de seus legítimos e diretos representantes do Poder Legislativo.

Brasília, 24 de novembro de 1977*.

É o caso de se perguntar ao Presidente Ernesto Geisel: Até quando!

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há mais de dez anos que luto na defesa da suinocultura que, noutros tempos, foi uma das maiores fontes da economia dos Estados sulinos. Devido à falta de providências acertadas por parte do Governo, no entanto, este importante setor de atividade sofreu rude golpe. No meu Estado observou-se uma redução superior a 50%.

Agora, há poucos dias, visitando Sarandi, tomei conhecimento do Projeto de Fomento Integrado do frigorífico daquele município. Tive oportunidade de louvar e destacar a importância da iniciativa em entrevista que concedi à rádio local. Considero de suma importância a iniciativa, porque vai abrir campo novo aos nossos produtores, ao lado da imperiosa necessidade da diversificação da cultura, conforme venho pregando há tempo.

Agora acabo de receber do Frigorífico Ipiranga S.A., de Gaurama, a seguinte e atenciosa comunicação:

*Gaurama, 16 de novembro de 1977

Exm^o Sr. Deputado,

Temos a honra de remeter a Vossa Excelência a publicação inclusa, que contém dados referentes a esta Empresa e ao Projeto de Fomento Integrado que estamos implantando, pelo qual é nosso intuito alcançarmos, dentro em breve, uma produção de matéria-prima própria, de alta qualidade, em condições de ser colocada no mercado internacional.

O referido projeto abrange, igualmente, não só agricultores deste Município, mas também das comunas circunvizini-

has, onde o colono, na sua grande maioria, dedica-se à criação de suínos e ao plantio de milho, em áreas de minifúndio e de topografia acidentada, o que vem garantindo o sucesso do projeto e uma ótima aceitação do aludido empreendimento.

Com os nossos protestos de estima e alto apreço, saudamos Vossa Excelência pelo trabalho que vem desenvolvendo na Câmara dos Deputados.

Respeitosas Saudações. — Frigorífico Ipiranga S/A Ind. e Com. — Euclides Richett — Diretor-Presidente — CPF-006-386-330-87.

Trata-se, como se vê, de outra grande e oportuna iniciativa. Por estes dados, observa-se o espetacular índice de produção da nossa suinocultura.

A comparação abaixo comprova o alto índice da criação de suínos confinados no Brasil, pelo Conglomerado Frigorífico Ipiranga.

* Índices obtidos nas Estações de Avaliação da República Federal da Alemanha no Brasil.

Discriminação	Landrace		Large White	
	RFA	Brasil	RFA	Brasil
Idade até 100 kg em dias	168	164	160	159
Ganho diário em grammas	838	857	888	905
Conversão alimentar p/1 kg	2,83	2,75	2,71	2,63
Comprimento da carcaça	98,8	102,0	96,5	99,8
Espessura média do toucinho	2,67	2,51	2,99	2,49
Área de lombo	43,2	36,5	41,7	34,6
Relação carne/gordura em %	47%	62%	49%	57%
Porcentagem de Pernil		31%		30,9%

Ao fazermos este registro, congratulamo-nos com os empresários, dirigentes e funcionários do Frigorífico Ipiranga S.A., formulando votos de constante prosperidade a esta importante organização que, além de colaborar na redenção da colônia, está dando vigoroso impulso à economia do Estado gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, segundo notícias divulgadas pela imprensa, no início desta semana, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, analisando o desenvolvimento do mecanismo básico de apote aos projetos agrícolas atinentes ao Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, teria considerado que vem funcionando adequadamente essa iniciativa resultante do II PND.

Até setembro último, foram aprovados mais de dois mil projetos, envolvendo recursos da ordem de seis bilhões e quatrocentos e trinta milhões de cruzeiros, destinados, desse total, ao Estado de Goiás, cerca de um bilhão de cruzeiros, para atender a seiscentos e noventa e dois projetos contratados.

Afirma o documento expedido pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República que a meta de incorporação é de um milhão e seiscentos mil hectares de cerrados, nas áreas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, até maio do próximo ano, quando se completará o terceiro ano agrícola do POLOCENTRO.

As metas de ocupação de cerrados são computadas em termos de área contratada, desde que, em face das exigências técnicas, muitos projetos exigem mais de um ano para implantação.

Quem se der ao trabalho de examinar o detalhamento oferecido pelo comunicado oficial, chegará facilmente à conclusão, já assinalada pela *Folha de Goiás*, em sua edição de 16 do corrente, de que o nosso Estado não foi bem contemplado na execução do POLOCENTRO, pois, tendo mais de sessenta por cento dos seus 642 mil quilômetros quadrados situados em zonas de cerrado, só absorveu pouco mais de quinze por cento dos investimentos feitos.

Enquanto isso, as regiões do nordeste e do norte goiano não têm sido suficientemente beneficiadas com esses recursos.